



Aceleração *Regional*

Perfil Socioeconômico do Município de Sarandi/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Janeiro de 2021

C837t Costa, Nilson Luiz *et al.*

Perfil Socioeconômico do Município de Sarandi/RS / Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Nelson Guilherme Machado Pinto, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2020.
42 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - -
Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2020.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4.
Inovação. 5. Cooperação. I.Costa, Nilson Luiz. II.Nunes de Oliveira, Gabriel. III. Giotto, Enio,
IV. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. V. Silva, Saionara da.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.
Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro
CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Conselho De Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi
Luciano Adalberto Henkes
Luciano Escobar
Ayrte Antoninho Blau
Débora Ribeiro Fernandes
Marcelo Giroto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)
Alencar Machado (Diretor Financeiro)
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Nilson Luiz Costa (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

Tiago Zardin Patias (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SARANDI	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia municipal	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	25
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	25
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	26
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	30
3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Sarandi/RS** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SARANDI

O Município de Sarandi foi desmembrado de Passo Fundo a partir do Decreto estadual n.º 7.840, de 27 de junho de 1939. Instalado em 1º de janeiro de 1940, abrigou em seu território uma área onde hoje corresponde a vários municípios, entre os quais, Ronda Alta e Rondinha. Está situado a 493 metros de altitude, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 57' 17" Sul, Longitude: 52° 54' 55" Oeste, distante a 283 Km de Porto Alegre

2.1. Caracterização demográfica

Conforme é possível observar a partir da tabela 1, cerca de 84% da população de Sarandi vive na zona urbana e 16% na zona rural. Pode-se observar que a população residente na zona urbana, distribui-se quanto ao sexo em 47,83% masculino e 52,17% feminino. Já na zona rural, 50,49% da população é masculina e 49,51% é feminina, evidenciando uma distribuição equitativa de homens e mulheres no território.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010

	Masculino		Feminino		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
Urbano	8.582	84%	9.361	85%	17.943	84%
Rural	1688	16%	1655	15%	3.343	16%
Total	10.270	100%	11.016	100%	21.286	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

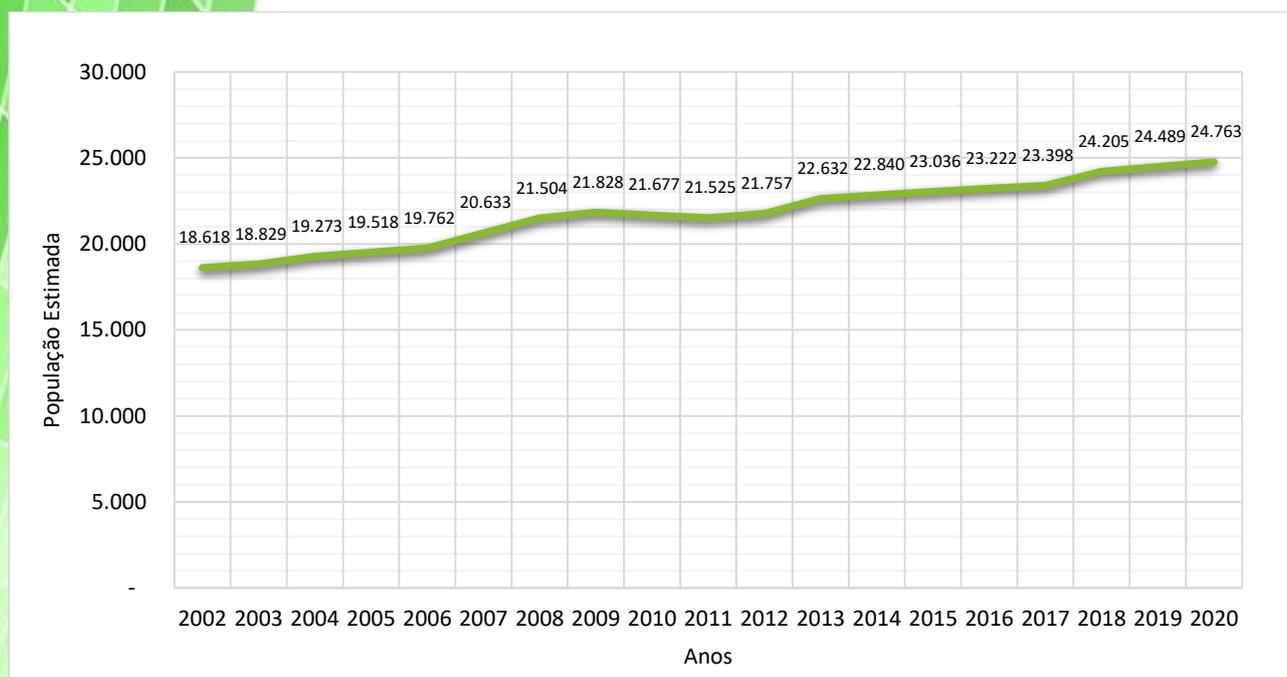
Do contingente de 21.286 pessoas, cerca de 20% tem até 14 anos, 26% de 15 a 29 anos, 41% de 30 a 59 anos e 13% de 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	2118	21%	2161	20%	4.279	20%
15-29 anos	2748	27%	2796	25%	5.544	26%
30-59 anos	4161	41%	4487	41%	8.648	41%
60 ou mais	1242	12%	1573	14%	2.815	13%
Totais	10.269	100%	11.017	100%	21.286	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme a Tabela 2 observa-se que mais de 67% da população, tanto feminina como masculina, enquadra-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2020

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

Observando os dados da Figura 2, verifica-se uma trajetória de crescimento da população no município, quando passa de 18.618 pessoas em 2002 para 24.763 pessoas em 2020, ou seja, um aumento de 31,01% no período. É importante destacar que, ao longo dessa trajetória de crescimento, verificam-se dois momentos de redução pontual da população, em 2009 para 2010, quando a população reduz em 0,69% e de 2010 para 2011, quando a redução fica em 0,7%.

2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos

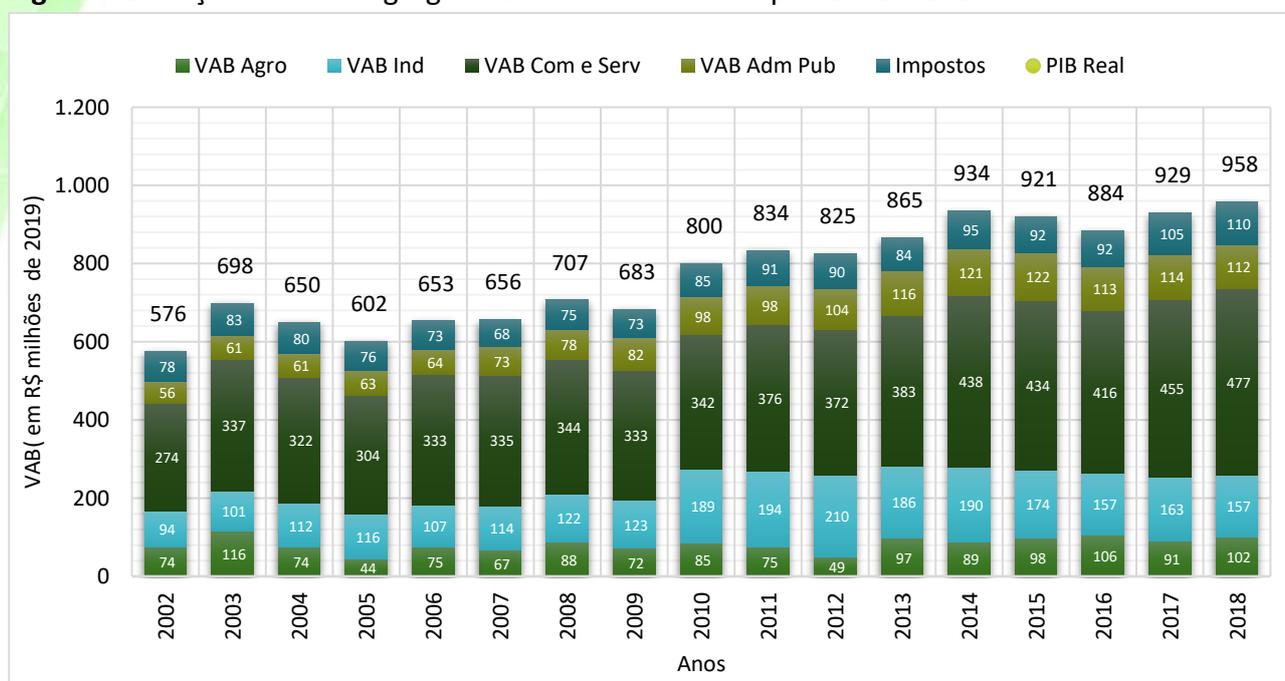
¹ De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Pode-se verificar na Figura 3, que, entre 2002 e 2018, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 576 milhões para R\$ 958 milhões, ou seja, uma variação positiva de 66,32%. Verificam-se alguns momentos de redução do PIB real, como é o caso de 2004, 2005, 2009, 2012, 2015 e 2016 quando o montante se reduziu para R\$ 650; R\$ 602; R\$ 683; R\$ 825; R\$ 921 e R\$ 884 milhões de reais, respectivamente.

Figura 3 Evolução do Valor Agregado Bruto Real no município: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

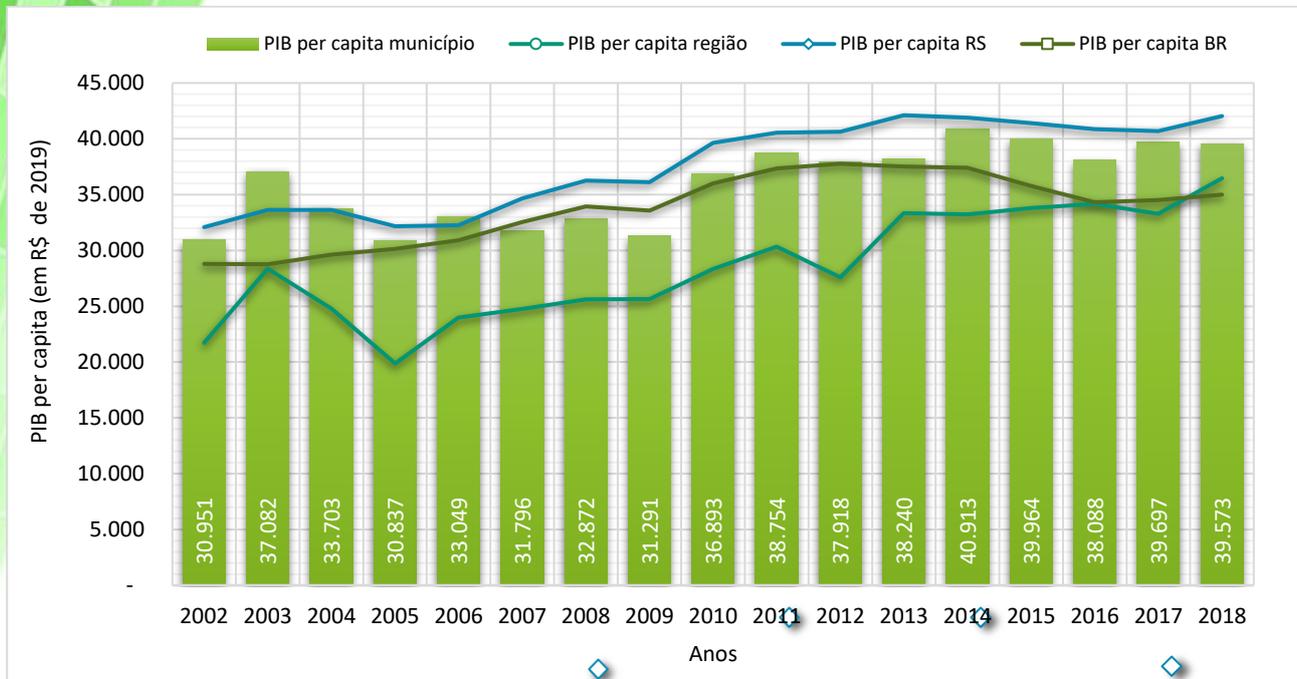
A partir da Figura 2, observou-se, um crescimento populacional, de 18.618 habitantes em 2002 para 24.205 habitantes em 2018, ou seja, um acréscimo de 30,01%. Neste contexto, o aumento do PIB per capita do município se deve pelo aumento do PIB na ordem de 66,32%, que proporcionou um

² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

³ Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

aumento do PIB *per capita* na ordem de 27,86% no período de 2002 a 2018, ou seja, de R\$ 28.433 para R\$ 39.573, respectivamente, conforme a Figura 4.

Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* (em R\$ de 2019) do município, da região de atuação da Sicredi Produção no RS, do estado do RS e do Brasil: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Percebe-se, ainda na Figura 4, que o PIB *per capita* do município fica acima do PIB *per capita* da região, ao longo de toda a série histórica apresentada. Em muitos anos, o PIB *per capita* do município ficou acima do PIB *per capita* do estado (2003, 2004 e 2006) e do Brasil.

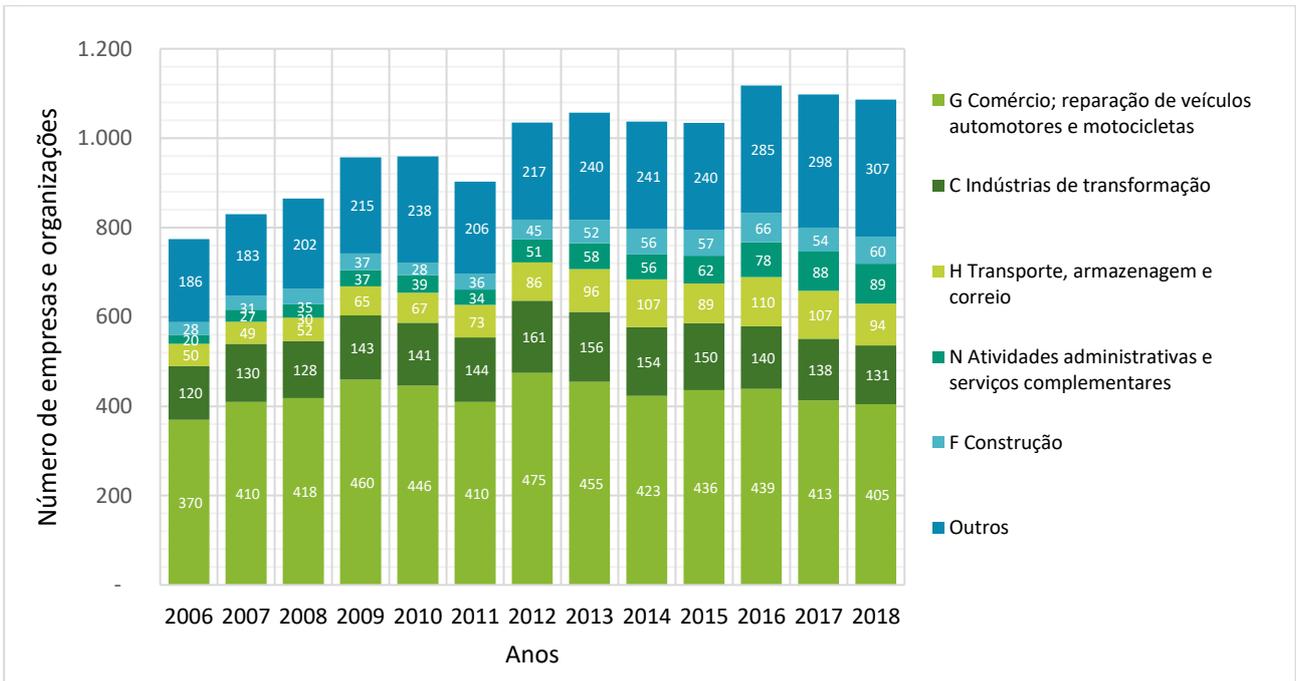
Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 empregados, 840 empresas, que juntas representam mais 77,35% das empresas do município no ano de 2018. Nesse mesmo ano, 246 empresas (22,65%) empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 140 empresas situavam-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 5.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

Observando a Figura 6, podemos verificar que o segmento de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas agrega o maior número de empresas em 2018 (405 empresas,

equivalente a 37,29% do total), entre 2006 a 2018 é possível observar um crescimento de empresas neste setor, de 370 para 405, ou seja, aumento de 9,46%. Observa-se um aumento do número de empresas na categoria indústria de transformação, com um crescimento de 15%, saindo de 120 empresas em 2006 para 131 empresas em 2018, sendo que em 2018 representou 12,06% do total de empresas no município.

O setor de Transporte, armazenagem e correio cresceu de 50 empresas para 94 empresas no período de 2006 a 2018, representando um crescimento de 88%. Essa categoria representou 8,66% do total de empresas do município no ano de 2018.

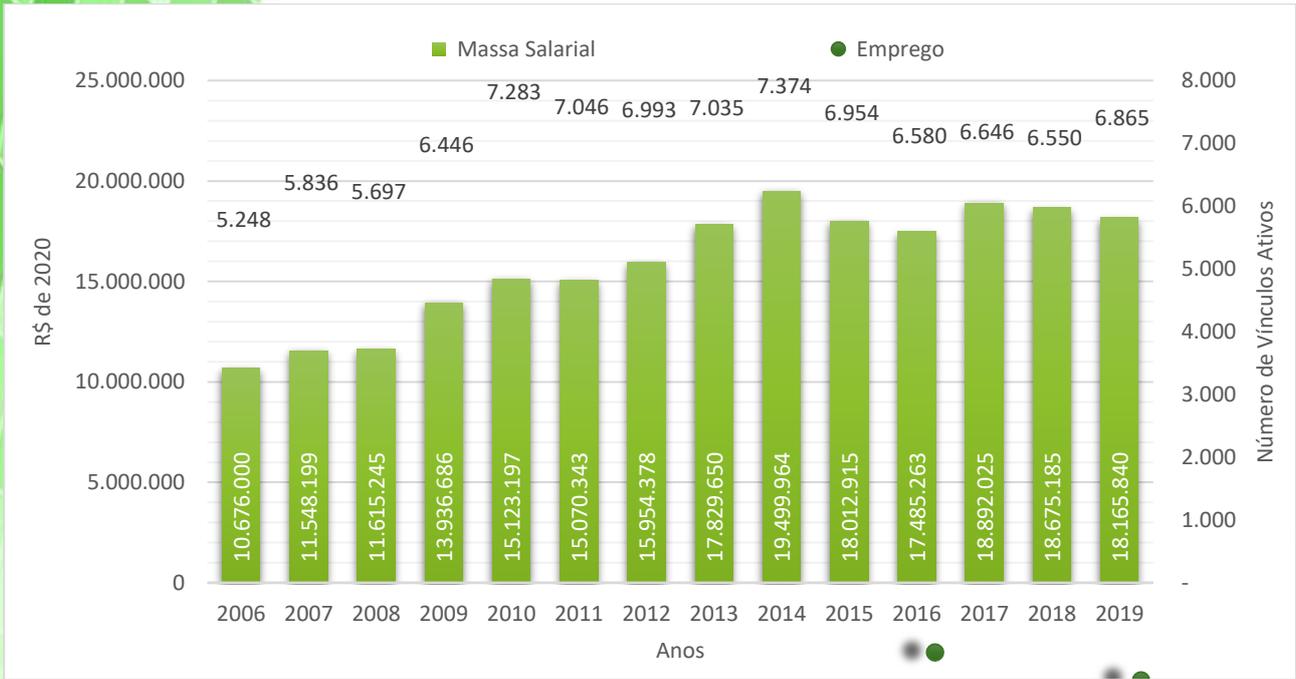
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

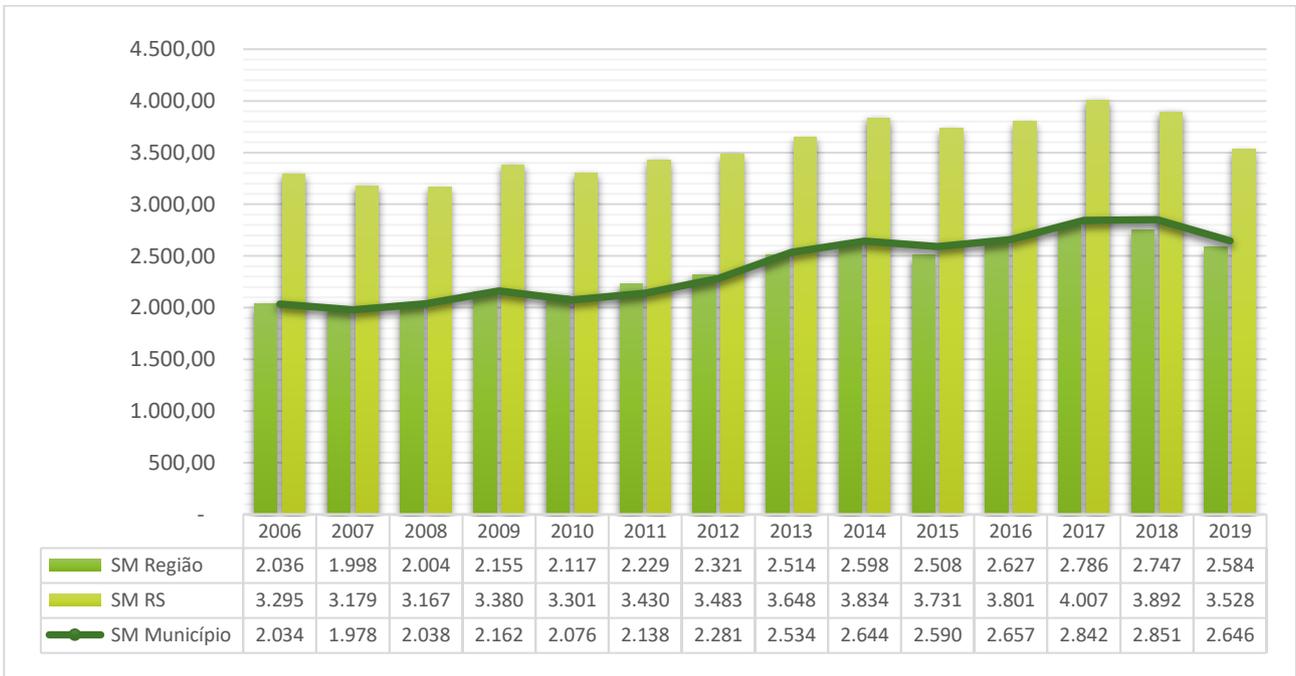
A partir da Figura 7, observa-se que o município tem experimentado uma crescente no número de empregos e da massa salarial, partindo de 5.248 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 10.676.000/mês em 2006 para 6.865 postos de trabalho em 2019, com um total de remuneração de R\$ 18.165.840/mês em 2019. Isso representa um acréscimo de 30,81% para os postos de trabalho e 70,16% de crescimento para a remuneração. O ano de 2014 apresentou o maior número de empregos e de remuneração do período, com 7.374 postos e remuneração de R\$ 19.499.964.

Figura 7. Número de empregos formais e remuneração: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2019

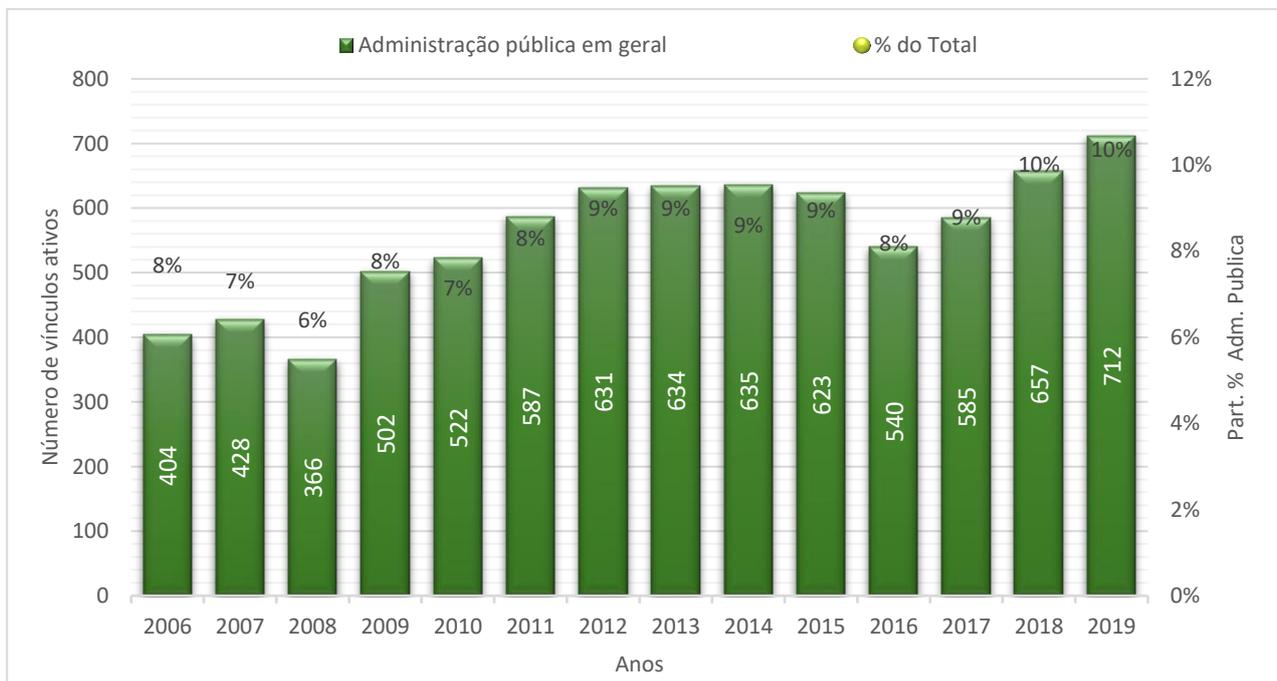


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A Figura 8 demonstra a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 2.034 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.646 em 2019. Isso representou uma valorização de 30,09% nos salários médios praticados no município. O ano de maior remuneração média foi 2018 com R\$ 2.851. Observa-se que, embora em alguns anos tenha ocorrido redução nos salários médios, como em 2007, 2010 e 2015, a tendência de aumento da magnitude dos salários médios é crescente.

A Figura 9 demonstra a participação dos postos de trabalho do setor público na economia do município. Observa-se que a participação dos empregos oferecidos pela administração pública no total de empregos do município é pequena, principalmente se comparado com outros municípios da região, sendo que, em toda a série histórica, gira entre 6% e 10%. Observa-se que há uma leve tendência de elevação da participação da administração pública (que cresceu de 404 postos em 2006 para 712 postos em 2019) na geração de emprego no município.

Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2019

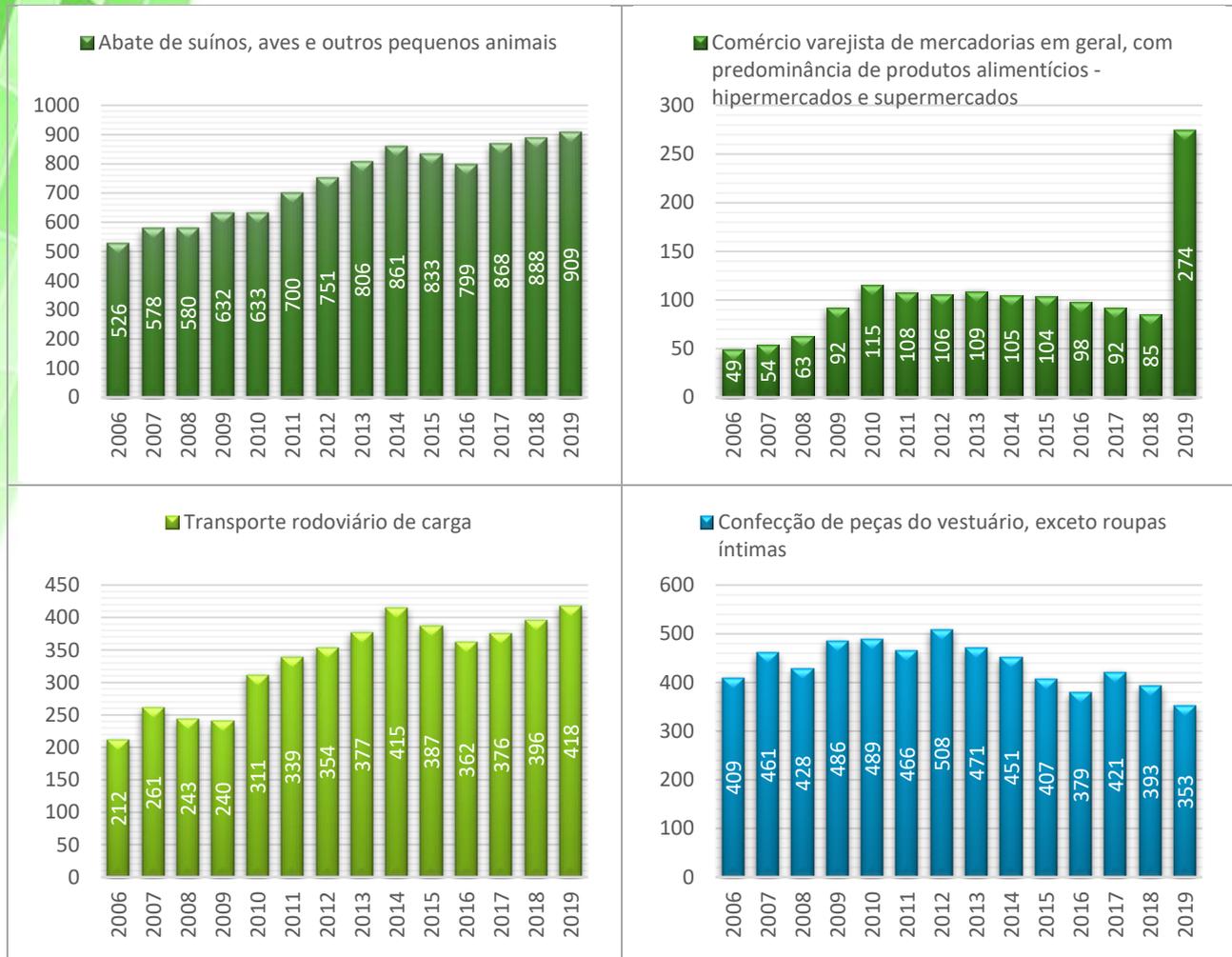


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A Figura 10 apresenta o comportamento da geração de empregos por atividade econômica, concentrando-se no ano de 2019 na atividade de “abate de suínos, aves e outros pequenos animais”, “administração pública em geral”, “transporte rodoviário de carga”, “confecções de peças

do vestuário, exceto roupas íntimas” e “comércio varejista de mercadorias em geral”. Destaca-se que o segmento “comércio atacadista de soja , historicamente entre os cinco maiores geradores de empregos, passou de 582 postos em 2018 para 267 postos de trabalho formal em 2019.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 67,33% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 32,05% da área. 23,46% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a

2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 29,33% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 95,91% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 72,16% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	907	10.135,57	67,33	32,05
1-2	316	9.275,07	23,46	29,33
2-3	69	3.410,46	5,12	10,78
3-4	17	1.217,82	1,26	3,85
4-5	5	434,61	0,37	1,37
5-6	9	974,12	0,67	3,08
6-7	1	130,25	0,07	0,41
7-8	4	595,73	0,30	1,88
8-9	2	337,25	0,15	1,07
9-10	2	379,35	0,15	1,20
>10	15	4.736,87	1,11	14,98
Total	1.347	31.627,09	100,00	100,00

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

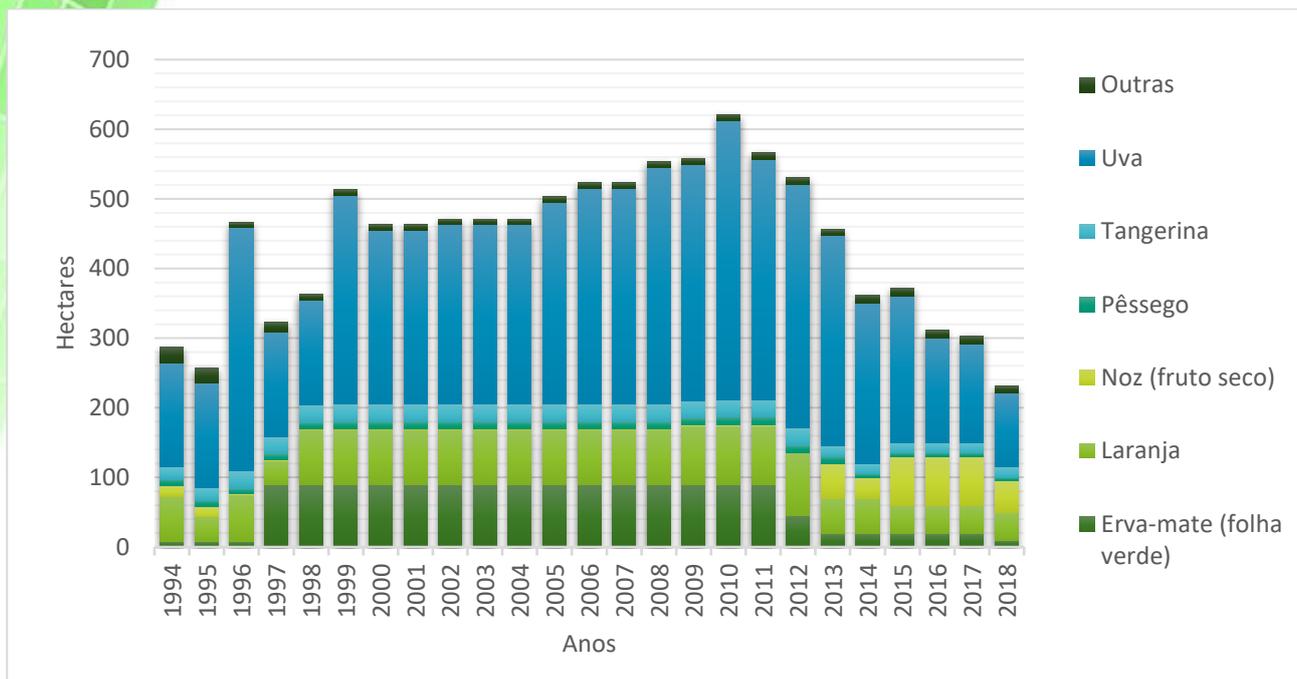
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 318 hectares para culturas perenes e 21.597 para a lavoura temporária.

Podemos observar no parágrafo anterior que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois as culturas permanentes representam 1,47% da área destinada às lavouras temporárias.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020) sintetizada na Figura 11, mostra a área colhida de culturas de lavoura permanente no período de 1994 - 2018, onde fica evidente o decréscimo dessas culturas, com exceção das culturas da noz-pecan e da erva-mate que tiveram um acréscimo de 200% e 25%, respectivamente, no período de 1994 a 2018. Destaca-se que a cultura da erva-mate teve um pico de área entre 1997 e 2011, quando alcançou uma área de 89 hectares. Já a noz-pecan passa a ter uma área mais significativa a partir de 2013. A cultura do pêssego foi a

que teve maior redução de área, 44,44%, partindo de 9 hectares em 1994 para 5 hectares em 2018. A segunda maior redução foi da cultura da laranja com redução de área na ordem de 38,46%, partindo de 65 hectares em 1994 para 40 hectares em 2018. A Figura deixa evidente uma tentativa dos produtores de buscarem alternativas econômicas nas culturas permanentes ao longo da série histórica, mas que, ao final, cederam, diminuindo as áreas colhidas.

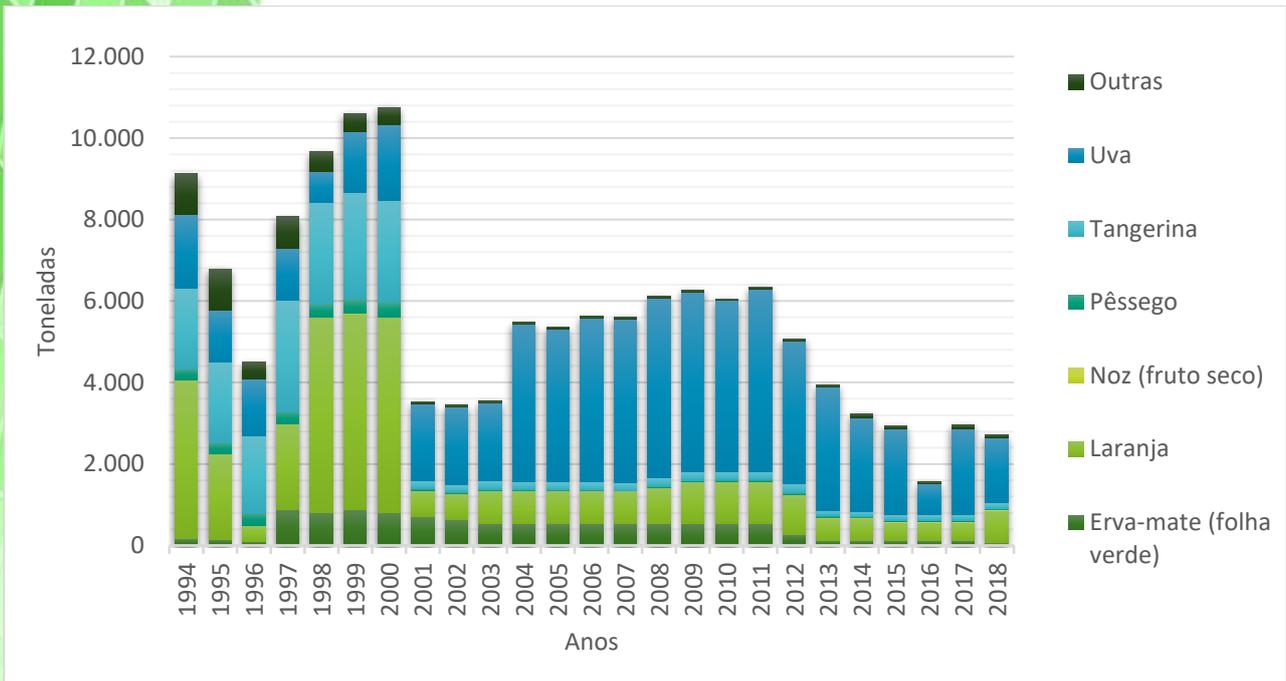
Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

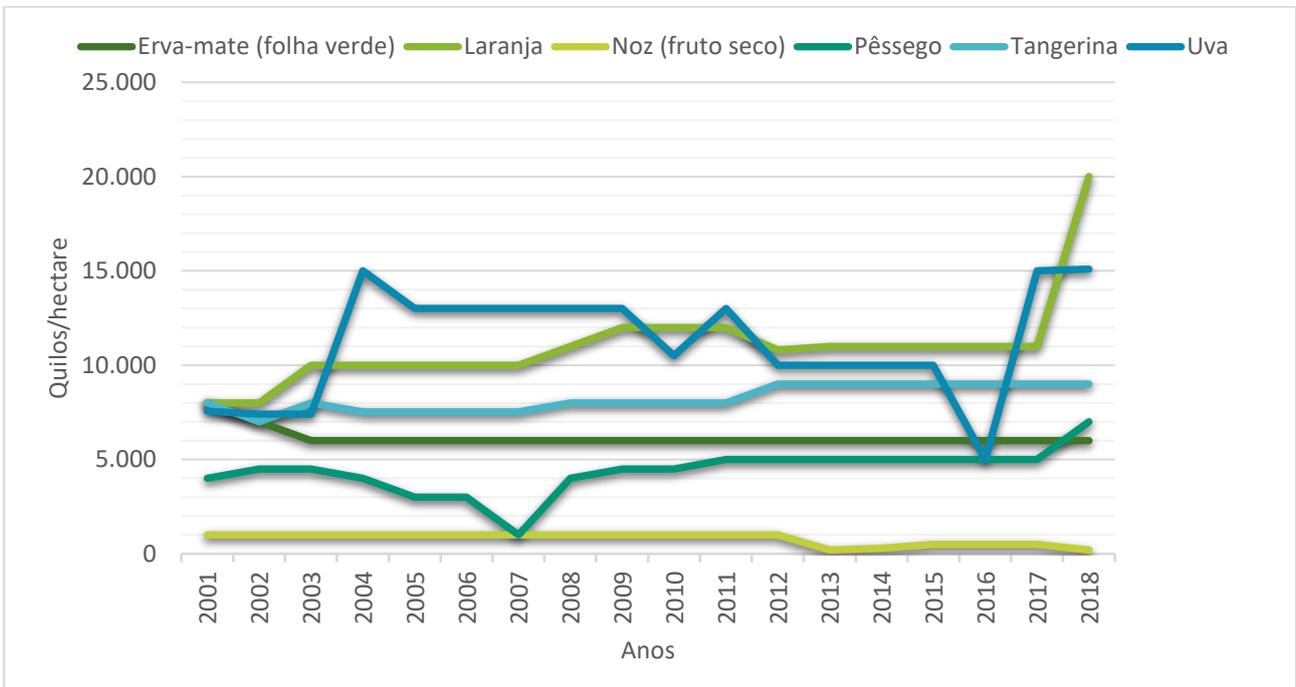
A Figura 12 apresenta a quantidade obtida das culturas permanentes, variável essa ligada diretamente à área cultivada. Observa-se que todas as culturas permanentes, com exceção da cultura da noz-pecan, tiveram redução nas suas produções, sendo que a tangerina e o pêssego tiveram oscilação negativa superior a 85% entre 1994 a 2018. Laranja teve uma redução na produção na ordem de 79,49% e a erva-mate teve redução de 62,5%, enquanto a uva reduziu sua produção em 10,28%.

Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 13. Rendimento médio da produção da lavoura permanente (quilos/hectare): 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

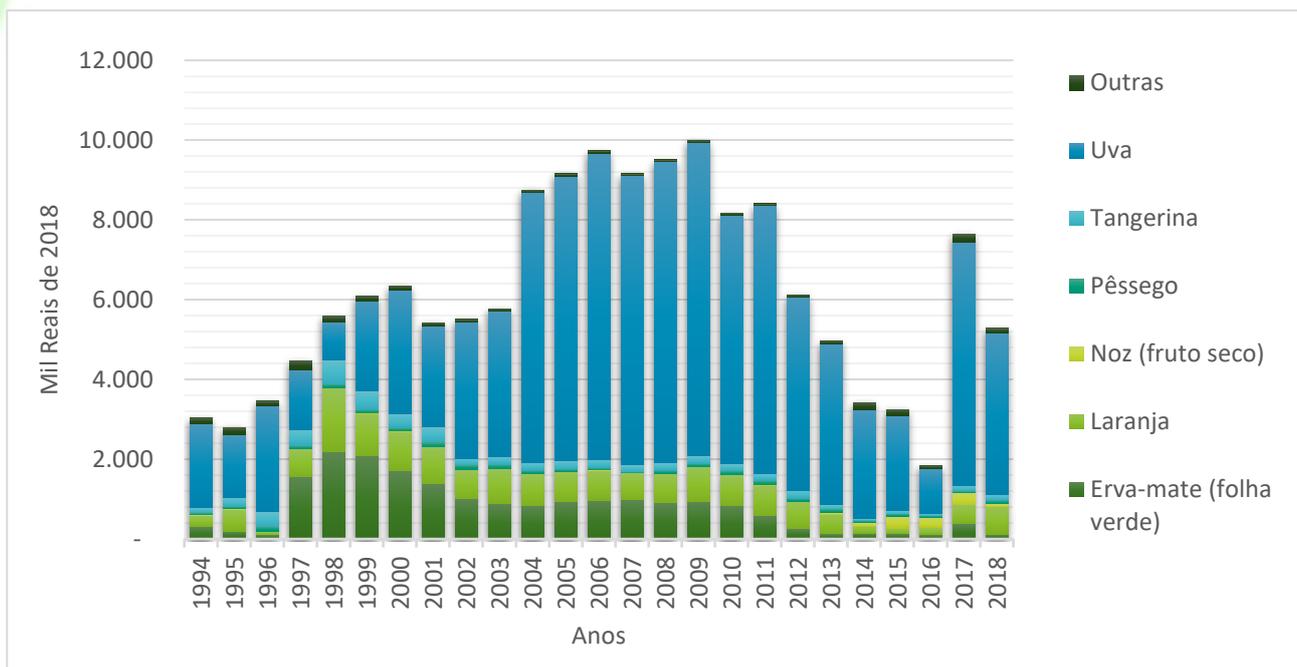
A Figura 13 apresenta o rendimento da produção da lavoura permanente e nesse sentido, evidencia que a produtividade das culturas da laranja, da uva e do pêssego aumentaram em 150%, 99,64% e

75%, respectivamente no período entre 2001 e 2018. Em contrapartida, noz-pecan e erva-mate tiveram redução no rendimento de 80% e 25%, respectivamente.

A monetização corrigida pelo IGP-DI (2018) da produção da lavoura permanente pode ser vista na Figura 14, derivando da quantidade produzida das culturas verificadas na Figura 12. Observa-se que as principais culturas descritas somaram um valor da produção de R\$ 153,849 milhões no período, o que representa uma média de R\$ 6,154 milhões por ano. A cultura da uva representou o maior valor médio no período, gerando R\$ 4,245 milhões. O segundo maior valor médio gerado é da cultura da erva-mate, com R\$ 791 mil, seguido da laranja, com R\$ 666 mil.

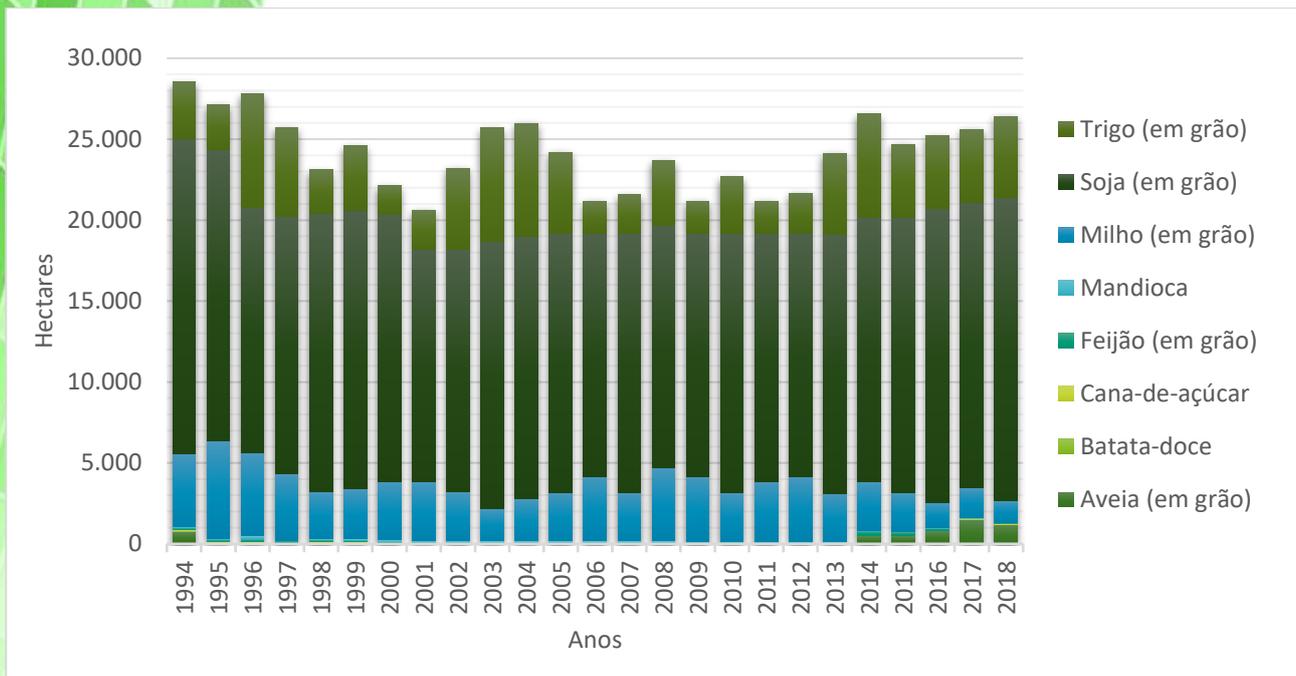
Em termos de crescimento do valor da produção, a cultura da noz-pecan, apresentou uma variação positiva de 272% entre 1994 e 2018, seguida pela laranja com 151%. Uva, pêssigo e erva-mate vêm na sequência, com crescimento de 92, 70% e 61%, respectivamente.

Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018

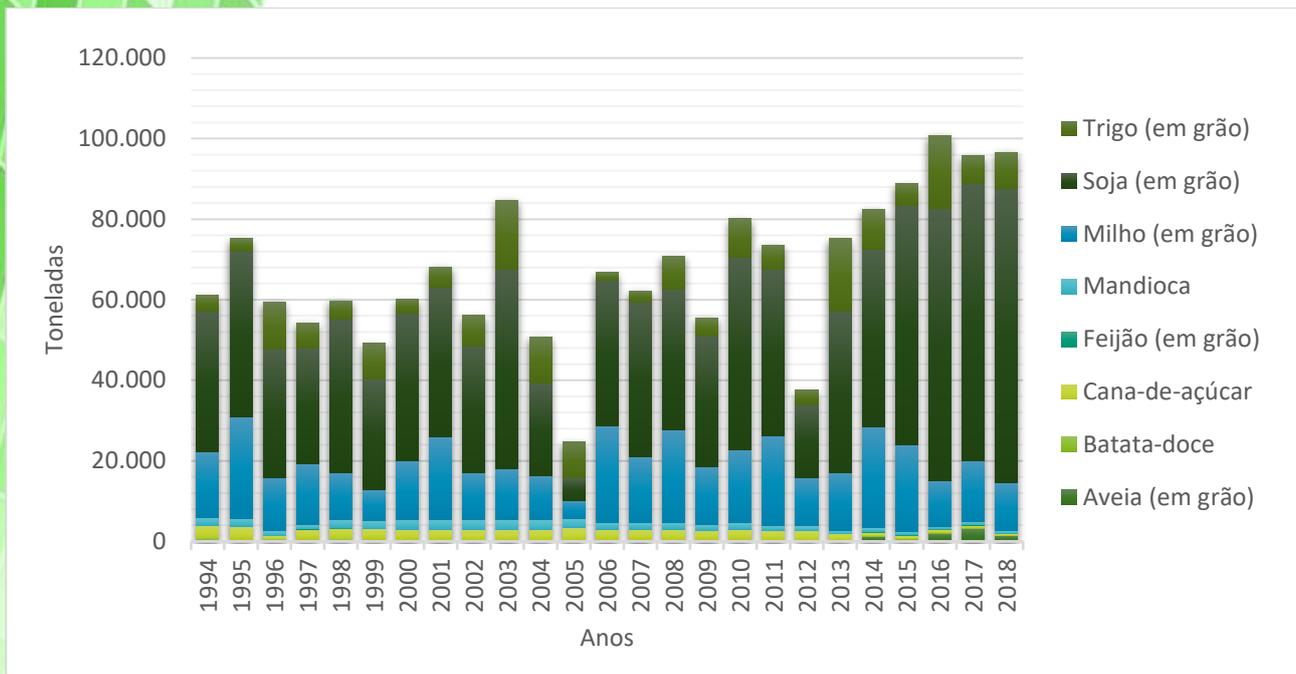


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar por meio da Figura 15, que a soja, o trigo e o milho, se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas, com uma média no período de 16.348, 4.080 e 3.312 hectares, respectivamente. Todas as culturas temporárias, com exceção do trigo e da aveia, apresentam uma tendência de queda na área de produção, sendo que, das principais, o milho apresentou maior queda, com uma redução de 70%, seguido pela cana-de-açúcar, com redução de 81,67% e batata doce com redução de 76%. A área plantada de soja também teve uma redução no período, mas em patamar bem menor, 3,86%.

O produto das áreas produzidas das culturas temporárias, pode ser visualizado na figura 16, onde se observa o crescimento da produção de soja que, em 1994, produziu 35.010 toneladas e em 2018 alcançou 73.110 toneladas, ou seja, uma variação de 108,83%. O trigo oscilou positivamente, 133,77%, de 3.850 toneladas em 1994 para 9.000 toneladas em 2018. A produção de milho reduziu no período em 26,67%, partindo de 16.200 toneladas em 1994 para 11.880 toneladas em 2018. Em termos de média de produção por ano, a soja produziu 39.517 toneladas, o milho 15.722 toneladas e o trigo 7.834 toneladas.

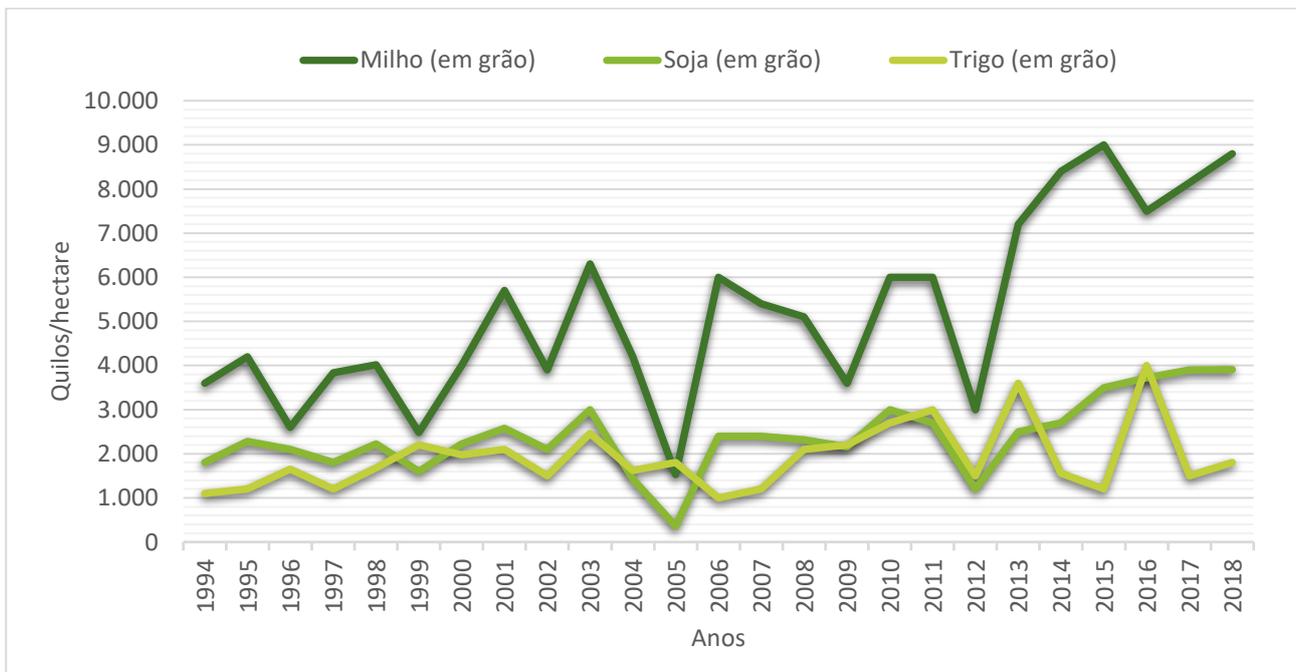
Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos de produtividade das culturas temporárias, podemos observar na Figura 17 que a cultura do milho obteve as maiores produtividades absoluta e média em relação às demais culturas, com uma média de produtividade 5.220 quilos por hectare.

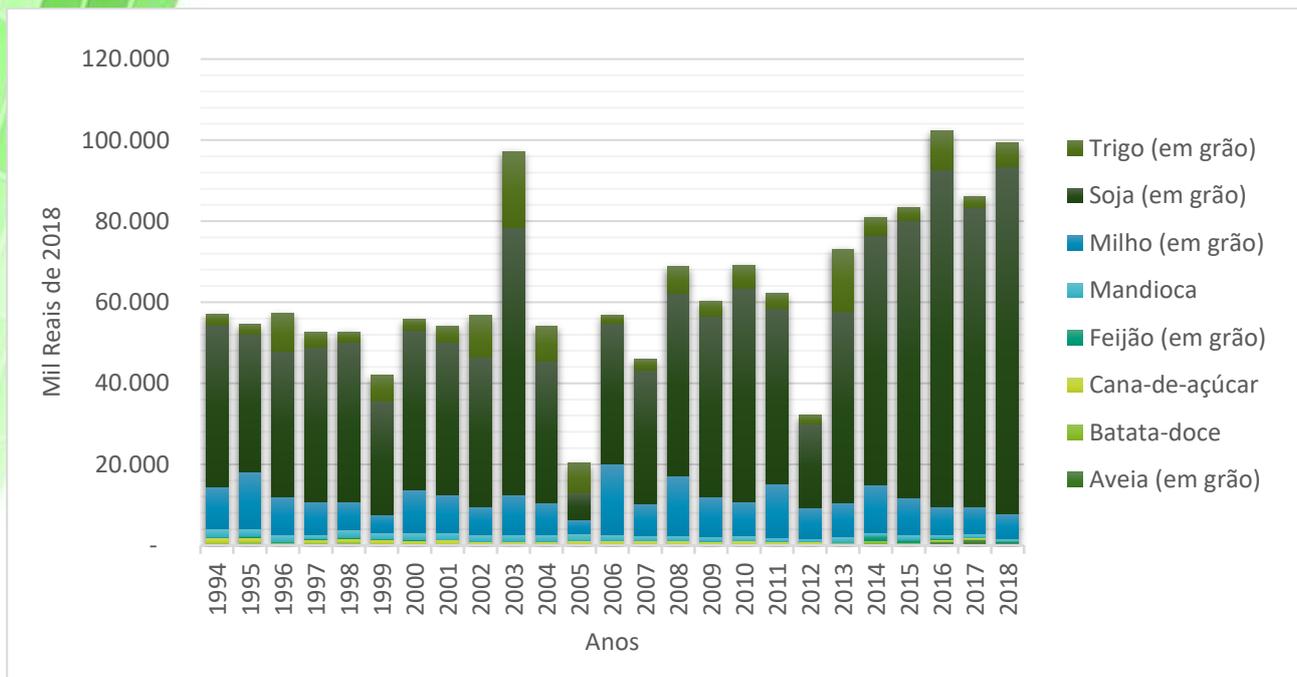
Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Já as culturas da soja e do trigo, tiveram uma média no período de 2.396 e 1.914 quilos por hectare, respectivamente. Em termos absolutos, o milho teve um aumento da produtividade 144,44% entre 1994 e 2018. Já a soja e o trigo evoluíram a suas produtividades entre 1994 e 2018 em 117,22% e 63,64%, respectivamente.

Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

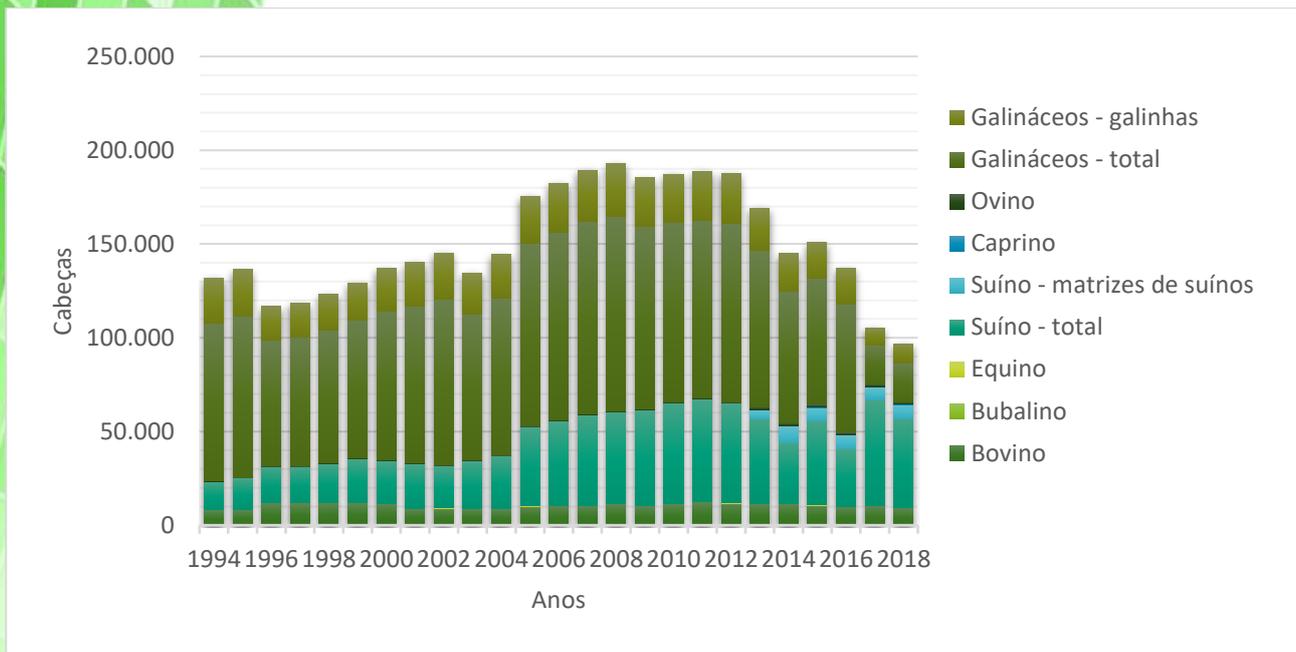


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos reais, é possível observar a partir da Figura 18 que o valor global da produção da lavoura temporária alcançou cerca de R\$ 58,164 milhões em 1994 e no ano de 2018 elevou-se para R\$ 99,579 milhões. Neste período, a produção de soja foi a principal responsável pelo valor da produção, com uma média de R\$ 11,624 milhões. Seguida pelo milho cujo valor médio no período foi de R\$ 2,368 milhões e do trigo com R\$ 1,509 milhão.

Observando a evolução do valor da produção da soja, verifica-se que houve um aumento de 115,52% do ano de 1994 em relação a 2018. Já a cultura de trigo proporcionou uma evolução de 111,04% e o milho uma redução de 40,89% no mesmo período.

Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018

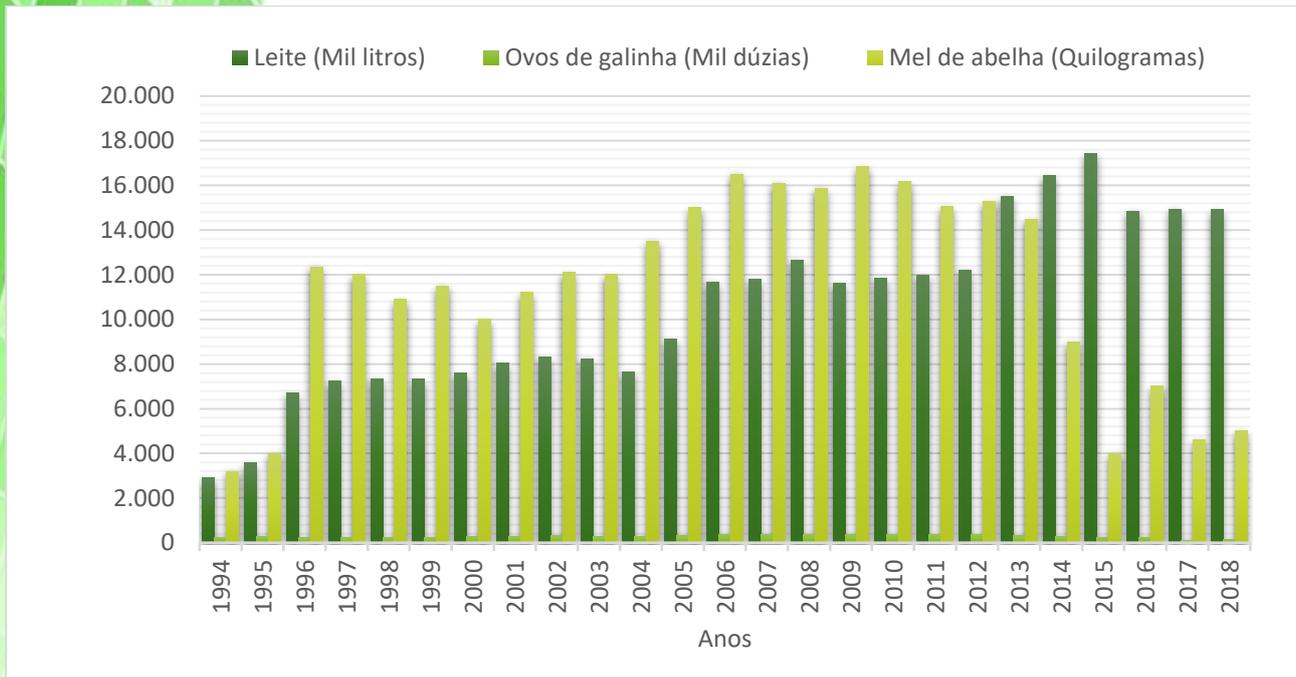


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Outro importante componente da produção primária do município foi a produção pecuária. Neste segmento, a Figura 19 mostra uma redução das criações desde 1994 até 2018, com exceção dos suínos, ovinos e bovinos, que tiveram uma elevação de 213,52%, 470,40 e 13,30%, respectivamente do efetivo do rebanho. Galináceos - total e galináceos tiveram uma redução de 57,43% e 80,40%, respectivamente. As matrizes de suínos, passaram a ser observadas em 2013 com 5 mil cabeças, chegando em 2018 com 7.525 cabeças, o que representou um crescimento no período de 150,10%. A criação de bovinos teve uma majoração de 8.250 cabeças em 1994 para 9.347 em 2018, tendo um pico de 12.337 cabeças em 2011.

Tendo por base a Figura 20 é possível observar que, em 1994, o município produziu 2,891 milhões de litros de leite e em 2018 passou a ser produzido 14,914 de litros, o que significou um aumento de 415,88% no período. Outra categoria de produto animal que teve crescimento foi a produção de mel, que em 1994 era de 3.200 quilos e passou para 5.000 quilos em 2018, representando um crescimento de 56,25%. A produção de mel teve um pico em 2009, quando alcançou uma produção de 16.840 quilos. A produção de ovos apresenta um comportamento de queda de 47,01% no período, partindo de 251 mil dúzias em 1994 para 133 mil dúzias em 2018.

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018

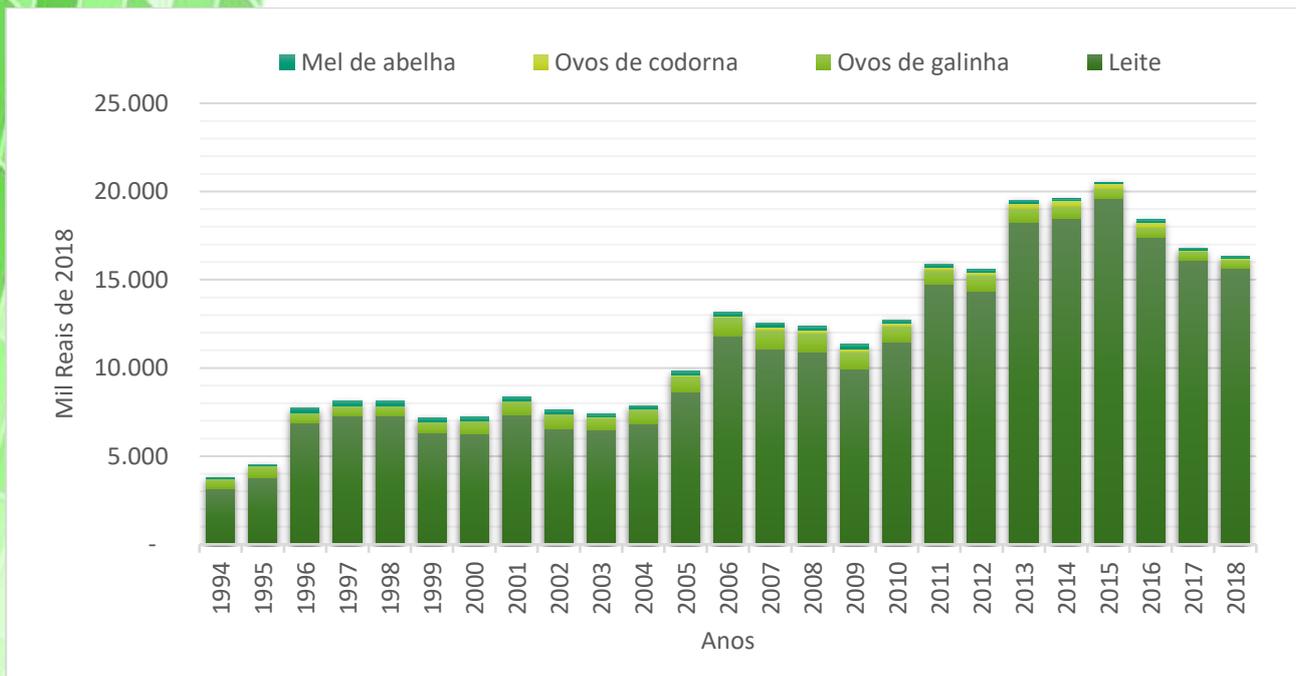


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Observando a Figura 21, pode-se ter noção sobre o comportamento do valor da produção animal no município. No que diz respeito ao valor da produção de leite, no ano de 1994 verificou-se o resultado de R\$ 3,170 milhões evoluindo positivamente para R\$ 15,659 milhões em 2018, o que representou um crescimento de 394%. O valor da produção do mel teve um comportamento crescente, iniciando em 1994 com um valor de R\$ 52 mil, chegando em 2018 com o valor de R\$ 113 mil, sendo verificado um pico em 1996, quando o valor chegou a R\$ 319 mil.

O valor da produção de ovos de galinha, em 1994, totalizou um montante de R\$ 568 mil, chegando em 2007 ao pico, quando o valor atinge R\$ 1,094 milhão, iniciando uma trajetória de redução no valor da produção de ovos, até o ano de 2018 quando chega a um valor de R\$ 464 mil, representando uma redução de 18% de no período de 1994 a 2018. A produção de ovos de codorna passou a ter o seu valor computado no ano de 1996, quando o valor da produção foi de R\$ 10 mil, chegando a um pico em 2014 quando atingiu o valor de R\$ 299 mil, passando a reduzir, chegando em 2018 com um valor de R\$ 87 mil, ou seja, uma elevação de 18% quando comparado os anos de 1996 e 2018.

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

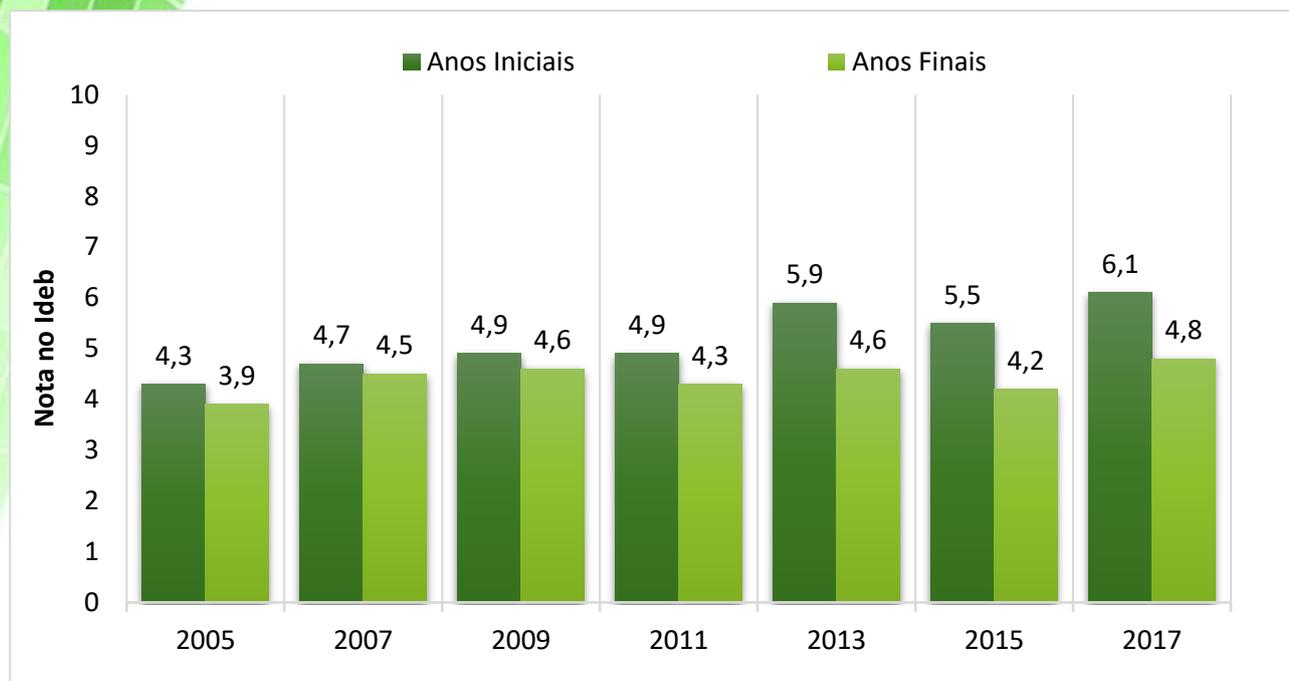
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 98,2%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 2.404 matrículas no ensino fundamental e 573 no ensino médio. Em 2018, cerca de 171 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 45 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 14 escolas no ensino fundamental e 2 escolas no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentou evolução de 2005 a 2017. Observa-se que o IDEB dos anos iniciais parte de 4,3 em 2005 para 6,1 em 2017, sendo verificada

uma queda no ano de 2015, quando atinge um índice de 5,5, ou seja, uma redução de 6,78% em relação a 2013. O IDEB dos anos finais, apresenta crescimento de 2005 a 2009, reduzindo em 2011 e 2015, quando o índice chega a 4,6 e 4,2 respectivamente, voltando a crescer em 2017, quando chega a 4,8, conforme é possível observar na Figura 22.

Figura 22. IDEB das escolas do município de Sarandi/RS: 2005 a 2017

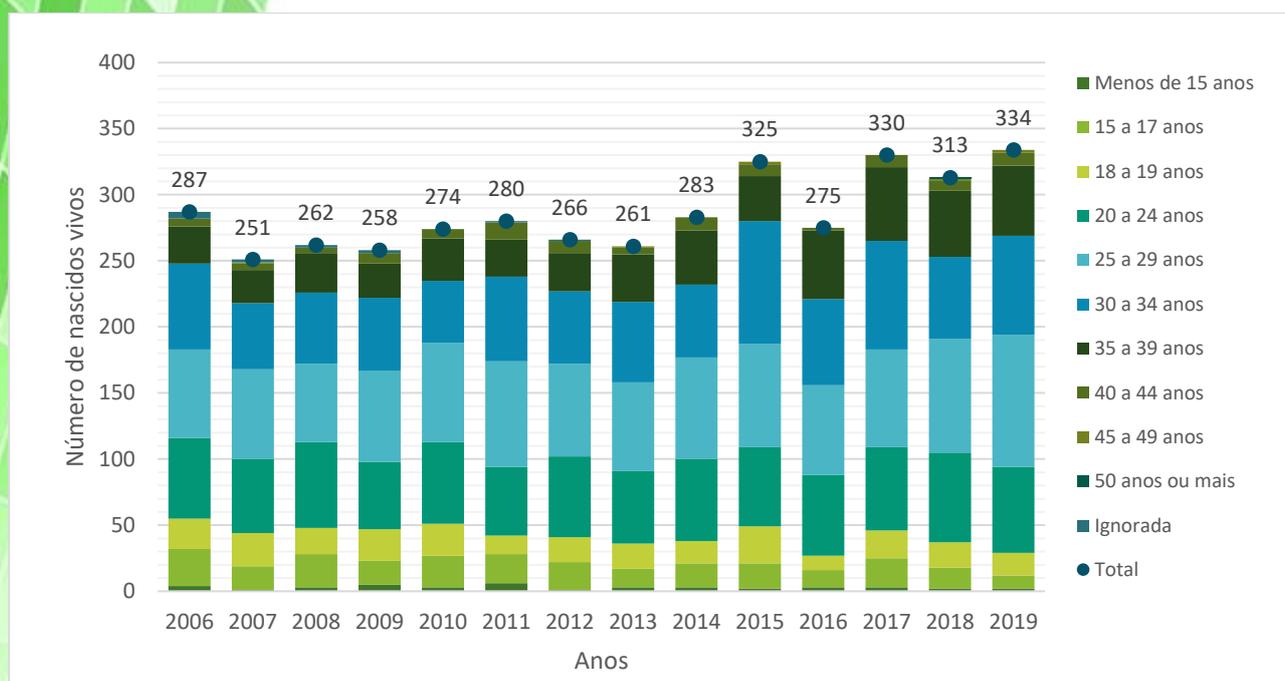


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

A partir da Figura 23, podemos observar que em toda a série histórica compreendida entre 2006 a 2019, foi observado 39 casos de maternidade com mulheres de menos de 15 anos. Se considerarmos mães com menos de 18 anos, teríamos 297 casos, o que representa 8% do total de nascimentos no período de 2006 a 2019. Por outro lado, neste mesmo período, foram registrados 101 partos de mães de quarenta anos ou mais, o que representa 3% dos nascimentos nesse período.

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Sarandi/RS: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

As duas maiores faixas etárias de parto se dão com mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, respectivamente, totalizando nas duas categorias 1.746 partos no período analisado.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 3,13 e “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 3.13 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 252 de 497 e 324 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 4127 de 5570 e 3907 de 5570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

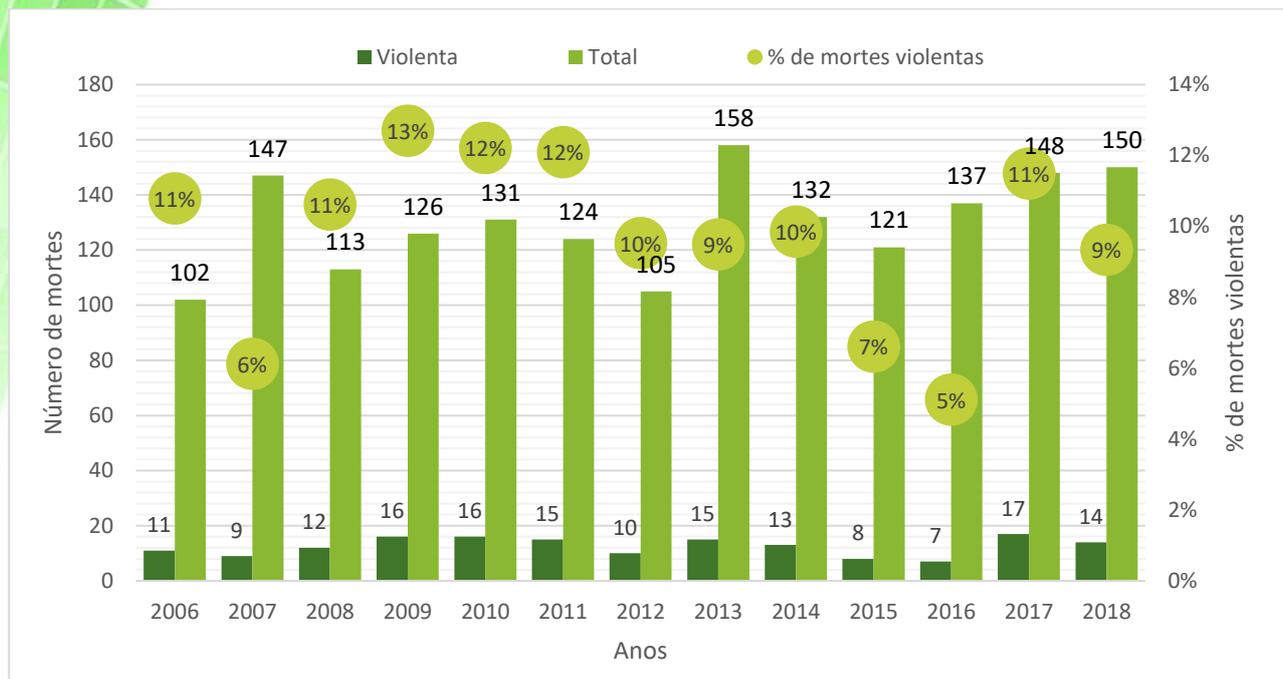
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 11% e 9%, respectivamente.

Em 2009 chegou a alcançar o patamar mais alto (13%), em contrapartida, em 2016 decresceu ao patamar mais baixo (5%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 102 mortes, porém 11% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2013, com 158 mortes, sendo que 9% destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 1694 óbitos, dos quais 163 ocorreram de forma violenta, ou seja, 9,62%, conforme pode ser observado na Figura 24.

Figura 24. Óbitos, por natureza, em Sarandi/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 1% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município

consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

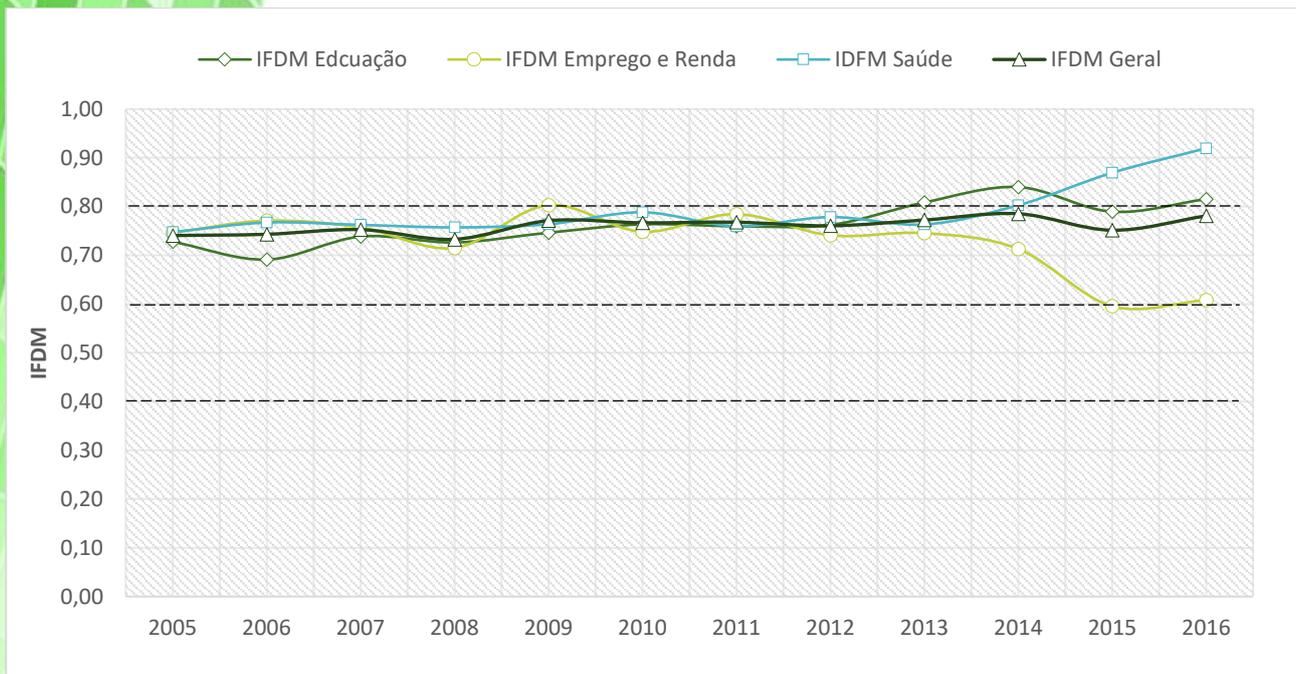
Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com a Figura 25, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016 com índices médios no período de 0,79 e 0,76, respectivamente. Já a área relativa ao emprego e renda obteve um índice de 0,73. O IFDM geral médio é de 0,76.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Quando analisado o ano de 2016, podemos verificar o IFDM da saúde, da educação, do emprego na ordem de 0,92; 0,82 e 0,61, respectivamente. O IFDM geral nesse ano é de 0,78, o que coloca o município como apresentando um moderado estágio de desenvolvimento.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 35.336,00 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 35.336,00 hectares. Destes, cerca de 10,43% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 12,43% como Reserva Legal e 79,21% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	35.336,00	
Número de imóveis rurais	1.347	
Área total dos imóveis rurais	35.336,00	89,5
Área média:	23,48	
Área mínima/máxima:	0,03 / 798,20	
APP	3.298,10	10,43
APP - Recomposição	87,47	0,28
Reserva Legal	3.929,67	12,43

Vegetação Nativa	4.963,25	15,69
Servidão Administrativa	196,59	0,62
Área Consolidada	25.051,88	79,21
Banhados	36,40	0,12
Número de Nascentes	298	0
Uso Restrito	5,83	0,02
Hidrografia	803,04	2,54
Topo de Morro	1	0
Áreas: Não Declarada - Outras	3.708,91	10,5

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 1.347 imóveis rurais, cerca de 69,93% mantêm APP, 16,11% declararam ter olho d'água, 78,32% tem reserva legal e 80,55% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	942	3.385,57	405	69,93	30,07
Área Consolidada	1.313	25.051,88	34	97,48	2,52
Banhado	30	36,4	1.317	2,23	97,77
Hidrografia	979	710	368	72,68	27,32
Nascente olho d'água	217	0	1.130	16,11	83,89
Reserva Legal	1.055	3.929,67	292	78,32	21,68
Servidão Administrativa	638	196,59	709	47,36	52,64
Uso Restrito	2	5,83	1.345	0,15	99,85
Vegetação Nativa	1.085	4.963,25	262	80,55	19,45
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – SARANDI					
Número Total de I.R. :	1.347	31.627,09			
Área Total do Município:		35.336			
% Área declarada/Área Município:		89,5			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, "... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida." No entanto, empresas que desfrutem do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, "... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva".

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por

último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁴, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas serve-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse

⁴ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2020. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em mai/2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Rio de Janeiro. Alta Books. 2018.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: mai/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Sarandi, RS**. 2020. Disponível em: <https://www.Sarandi.rs.gov.br/municipio>. Acesso em: mai/2020.

SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo consciente**: guia prático. Curitiba. Voo. 2018. 432 p.

SISODIA, R.; WOLFE, D.B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: Pessoas, propósito, performance. Rio de Janeiro. Alta Books. 2019. 368 p.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.